

**POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA PRETA:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS DE UM ESTADO BRASILEIRO SOBRE AS
COTAS RACIAIS**

**FOR A BLACK PUBLIC UNIVERSITY: SOCIAL
REPRESENTATIONS OF UNIVERSITY STUDENTS FROM A
BRAZILIAN STATE ON RACIAL QUOTAS**

Amadeu Antônio Pereira Neto⁽¹⁾; Marcelly de Oliveira Barros⁽²⁾; Maria Gabriela do Nascimento Araújo⁽³⁾; Roniel Sousa Damasceno⁽⁴⁾; Mateus Egilson da Silva Alves⁽⁵⁾; Evair Mendes da Silva Sousa⁽⁶⁾; Ludgleydson Fernandes de Araújo⁽⁷⁾

(1-7) Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) (Brasil)

E-mail: amadeuphb@hotmail.com⁽¹⁾; barrosmarcelly3@gmail.com⁽²⁾; gabisikver@gmail.com⁽³⁾; ronielsousa1@gmail.com⁽⁴⁾; mateusegalves@gmail.com⁽⁵⁾; evairmendes@hotmail.com⁽⁶⁾; ludgleydson@yahoo.com.br⁽⁷⁾

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2214-3446>⁽¹⁾; <https://orcid.org/0000-0001-7012-1762>⁽²⁾; <https://orcid.org/0000-0003-3434-7910>⁽³⁾; <https://orcid.org/0000-0002-8003-0116>⁽⁴⁾; <https://orcid.org/0000-0001-5759-8443>⁽⁵⁾; <https://orcid.org/0000-0002-4594-6110>⁽⁶⁾; <https://orcid.org/0000-0003-4486-7565>⁽⁷⁾

Recebido: 16-09-2024

Aceite: 19/02/2025

Publicado: 21/02/2025

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

RESUMO

Objetivou-se analisar as representações sociais entre estudantes de universidades públicas sobre as políticas de cotas raciais. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, fundamentado no referencial teórico-metodológico das Representações Sociais. Participaram 118 estudantes, com idades entre 18 e 46 anos (média=22,1 anos; desvio padrão=5,9), em sua maioria mulheres (62,7%), renda familiar de até 1 salário mínimo mensal (67,8%), cor da pele parda (45,8%) e sem ingresso na universidade pelas políticas de cotas raciais (50,8%). Um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada foram aplicados e submetidos, respectivamente, à análise descritiva pelo programa estatístico SPSS e à análise pelo *software* Iramuteq que forneceu a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Discute-se que os participantes apresentam RS favoráveis às cotas raciais, com discursos que demonstram sua relevância como instrumento de ingresso no ensino superior e como atitude de reparação histórica diante da violência sofrida pelo povo preto.

Palavras chave:

ações afirmativas; cotas raciais; discentes; universidade pública; representações sociais

ABSTRACT

The aim was to analyze the social representations among students at public universities about racial quota policies. This is a qualitative, descriptive and exploratory study based on the theoretical-methodological framework of Social Representations. A total of 118 students took part, aged between 18 and 46 (mean=22.1 years; standard deviation=5.9), mostly women (62.7%), a family income of up to 1 minimum monthly wage (67.8%), brown skin color (45.8%) and without entering university through quota policies (50.8%). A sociodemographic questionnaire and semi-structured interview were applied and submitted, respectively, to descriptive analysis using the SPSS statistical program and analysis using the Iramuteq software, which provided the Descending Hierarchical Classification (DHC). It is argued that the participants present SRs favorable to racial quotas, with discourses that demonstrate their relevance as a tool for entry into higher education and as

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

an attitude of historical reparation in the face of the violence suffered by black people.

Keywords:

affirmative actions; public university; racial quotas; social representations; students

Introdução

O presente artigo se propõe a ampliar o conhecimento científico em relação à apreensão do entendimento por parte de estudantes graduandos/as de universidades públicas acerca das políticas de cotas raciais nestes espaços, em especial, tomando como campo de investigação o contexto histórico-cultural da planície litorânea do estado do Piauí, Nordeste, Brasil. Dessa forma, estabelece-se uma aproximação à realidade do grupo de universitário(a)s que possibilite o conhecimento de suas formas de construção coletiva de saber em torno das políticas de cotas raciais, como elas significam seu estar e suas respectivas representações no cenário das instituições públicas de ensino superior.

Uma vez que, tomando o cotidiano nordestino, poder-se-á compreender quais as implicações psicossociais de uma determinada política pública educacional na vida diária da universidade pública e do grupo de estudantes, pois busca-se “tornar familiar, o não familiar”, o que nos será possível pela escolha teórico-metodológica da teoria das Representações Sociais (RS) elaborada por Moscovici (2007). Em outros termos, a mediação simbólica de indivíduos em respostas a fenômenos sociais cotidianos, permitir-nos-á o entendimento de como determinado grupo, e a reverberação deste nos indivíduos que o compõem, empreende sentidos e significados sobre o objeto em questão, as cotas raciais, tanto quanto seus modos particulares de compartilhá-los e internalizá-los (Moscovici, 2007).

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Se centramos nossa reflexão no contexto sociopolítico, histórico e cultural brasileiro, notar-se-á que não é recente o debate sobre a democratização do acesso à educação superior no Brasil, principalmente pelo viés da promoção da equidade em um país marcado pela lamentável realidade da escravização dos povos originários e africanos, tendo, em dias, seu reflexo na constituição da estrutura racista e socialmente desigual e segregacionista para pretos/as e pobres. Em uma análise histórica, percebe-se que a riqueza do Brasil, durante o período colonial, foi produzida por meio da exploração da mão de obra escravizada da população negra, bem como pela reprodução científica de teorias raciais que justificam as desigualdades sociais e raciais ao povo preto, este desumanizado pela representação de coisificação, “e não qualquer coisa, mas coisa-meio orientada à produção de outras mercadorias, à acumulação capitalista e reprodução do capital que na Europa se concentravam” (Costa & Mendes, 2022, p. 48).

De acordo com Patto (2004), tomando como ponto de análise o contexto político, econômico e demográfico da Primeira República (1889-1930), as políticas de embranquecimento da população negra afro-brasileira, como produto de uma sociedade racista que perpetuava a crença na inferioridade racial da pessoa preta e dos povos originários, engendrou-se baseada em interpretações científicas racistas e “carregadas de tintas profascistas”, por meio da recomendação de práticas sociais higienistas e excludentes, como a exemplo de: “estímulo a casamentos de não-brancos regeneráveis com brancos hígidos; deixar que os irremediavelmente degenerados se reproduzissem entre si, na esperança de apressar sua extinção; impedir casamentos, vetar a atividade sexual, esterilizar e confinar ‘degenerados’” (p. 205). Os crimes bárbaros e as violações de Direitos Humanos exercidos contra a existência preta do povo afro-brasileiro deram início à gênese de diversas injustiças que os afetaram social e economicamente. Essa (des)política impossibilitou

a conquista de direitos humanos fundamentais, impedindo-os do pleno desenvolvimento humano (Savi, Bernartt & Mello, 2022).

Por conseguinte, como resultado das inúmeras reivindicações da população negra brasileira buscando reparações, foi assegurado o que atualmente se conhece como políticas de Ações Afirmativas. As lutas por essa política foram enviesadas ao longo de todo o século XX. Através desse processo, o governo e grupos sociais hegemônicos permaneceram absortos nas demandas dessa população. Mediante a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a nação brasileira tomou iniciativa de criar políticas de enfrentamento ao racismo e à discriminação racial (Santos & Moreira, 2019).

As ações afirmativas constituem-se em leis que resultam em políticas públicas que visam de forma paliativa produzir uma compensação histórica de uma discriminação social. Essas ações afirmativas nas universidades brasileiras surgiram através da lei nº 12.711/2012 que deliberou sobre a admissão em universidades federais e em instituições de ensino técnico de nível médio. Regulamentada pelo decreto nº 7.824/2012, ela reserva 20% das vagas disponíveis para as pessoas negras em concursos públicos. Assim, as cotas raciais são ações afirmativas voltadas para a população negra, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais e econômicas (Maia & Vinuto, 2020).

Desse modo, evidencia-se que as instituições públicas, por obrigatoriedade legal, têm empregado a lei das cotas nos processos seletivos para entrada de estudantes e servidores. Por conseguinte, é de suma importância pontuar que as cotas raciais têm, portanto, crucial intuito de quebrar os paradigmas tradicionais, evidenciando que a desigualdade social está estruturada para além da questão econômica (Leon & Almeida, 2022).

Entretanto, essas políticas geram uma insatisfação na elite dominante, que enxergam as ações afirmativas como algo que fere

diretamente a lei de igualdade para todos. Afirmam ainda que não existem dificuldades de cunho racial no Brasil que justifique a necessidade de vagas exclusivas para pessoas pretas. Desse modo, se faz necessário reiterar que as cotas são conquistas da comunidade negra e sua efetividade cotidiana um compromisso político-governamental. Trata-se de uma ação política necessária na construção de uma democracia afirmadora dos direitos humanos básicos, tanto quanto que vise uma sociedade igualitária por meio do acesso à educação para todos (Carvalho, 2016).

Após a política de ações afirmativas e das cotas serem implementadas tem crescido ideias e argumentos contrários tendo como base os discursos de meritocracia, isonomia e constitucionalidade. Tais argumentos refletem a constituição mestiça do Brasil que afirma a inexistência do racismo e das desigualdades raciais, pontuando a existência de uma harmonia entre as raças como própria da constituição social brasileira (Prado & Silva, 2022).

Nessa direção, a opção teórico-metodológica do estudo pela Representações Sociais entre universitários acerca das políticas de cotas raciais na realidade da universidade pública no litoral do estado do Piauí no Brasil, dar-se por entendê-las como uma maneira específica em que tais indivíduos possam comunicar e compreender os sentidos produzidos a partir da questão levantada com este empreendimento investigativo. Esta última centra-se na busca da produção coletiva de tais indivíduos sociais para a seguinte pergunta: quais são as representações sociais entre estudantes universitários de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do litoral piauiense acerca das cotas raciais?

Dessa maneira, alinhamo-nos a Moscovici (2007) quando disserta que o campo de investigação das Representações Sociais delinea-se através da descrição e explicação dos fatos sociais, os quais devem ser entendidos como fenômenos específicos cuja relação dar-se a modos particulares pelos quais os indivíduos compreendem e se comunicam em sua vida cotidiana; sendo, assim

também, uma criação da realidade e do senso comum. De modo que a compreensão das RS permite que sejam analisados e discutidos aspectos característicos das formas de pensar, tanto individual como em grupo, que acabam influenciando nas interações sociais em seus significados e crenças (Gomes et al., 2024).

Diante disso, o estudo apresenta como objetivo apreender as RS entre estudantes de cursos de graduação localizados na planície litorânea do Piauí no Brasil, acerca das cotas raciais nas Universidades Públicas, por meio do conhecimento da percepção destes/as sobre as cotas raciais na universidade pública, tanto quanto da análise de suas posições sobre a existência das políticas raciais na universidade pública.

Método

Tipo de Estudo

Esta pesquisa caracteriza-se com uma investigação qualitativa, pela qual se busca aprofundar a compreensão de determinada realidade social e as formas coletivas em que os indivíduos a representam cotidianamente. Com um delineamento de pesquisa de campo, do tipo descritivo e exploratório, cuja escolha deu-se por nos proporcionar uma melhor proximidade e descrição das características do fenômeno em questão.

Participantes

O estudo contou com a participação de 118 discentes de universidades públicas da planície litorânea do estado do Piauí, localizado na região nordeste do Brasil. Com idades entre 18 e 46 anos (média=22,1 anos; desvio padrão=5,9). Em sua maioria foram mulheres (n=74, 62,7%) e em seguida homens (n=44, 37,3%).

A maioria declarou-se de orientação sexual Heterossexual (n=65, 55,1%). Quanto à renda a maioria declarou não trabalhar

(n=93, 78,8%) frente aqueles que trabalham (n=25, 21,2%) e em relação a renda familiar em Salário Mínimo Mensal (SMM) a maioria aponta receber até 1 SMM (n=80, 67,8%) e em minoria acima de 4 SMM (n=9, 7,6%). Ademais, para melhor caracterização do perfil do(a)s participantes também foram feitas perguntas relacionadas à temática do estudo como cor da pele, histórico escolar e manutenção econômica na universidade, descritos na tabela 1, logo abaixo.

Tabela 1. Aspectos sociodemográficos do grupo de participantes do estudo

ITEM		Nº	%
Cor	Preta	21	17,8
	Parda	54	45,8
	Branca	42	35,6
	Amarela	1	0,8
Onde cursou o ensino médio?	Ensino Público	67	56,8
	Ensino Privado	51	43,2
Ingressou na Universidade Pública por meio de políticas de Cotas?	Sim	58	49,2
	Não	60	50,8
É beneficiário de algum programa assistencial ou bolsa acadêmica?	Sim	30,5	36
	Não	69,5	82

Fonte: elaboração dos autores

Procedimentos Éticos e Coleta de Dados

A pesquisa respeitou os aspectos éticos contidos na resolução 466/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil. A coleta de dados ocorreu de forma presencial nas respectivas unidades de ensino, onde foram aplicados um

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

questionário sociodemográfico com o intuito de obter informações para caracterizar a amostra, bem como uma entrevista semiestruturada com duas perguntas elaboradas para versar sobre as representações sociais da *coorte* analisada.

O conteúdo do questionário sociodemográfico apresentou questões relacionadas à idade, sexo, orientação sexual, cor, trabalho, renda, ingresso na universidade (sistemas de cotas ou não), entre outras. A entrevista semiestruturada ocorreu a partir de duas perguntas disparadoras, a saber:

- 1) O que você sabe sobre as cotas raciais na Universidade Pública?
- 2) Você é contra ou a favor das cotas raciais universitárias? Justifique a sua resposta.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado aos participantes, contendo todas as informações a respeito da pesquisa assim como define a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Brasil.

Análise dos Dados

Os dados sociodemográficos foram submetidos à análise de cunho descritiva, por meio do programa estatístico IBM SPSS 23. As entrevistas estruturadas foram analisadas através do *software Iramuteq* versão 0.7 *alpha 2*, em que inicialmente são construídas linhas de comando com algumas variáveis socioeconômicas e demográficas, obtidas através dos questionários, em um arquivo de texto (txt) do Word, em seguida as respostas das entrevistas são transcritas integralmente no mesmo arquivo de acordo com cada linha de comando, o que compõem os corpus textuais. Em sequência o arquivo analisado pelo programa resulta em uma análise textual dos discursos, aqui obtendo-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que se trata de uma estrutura

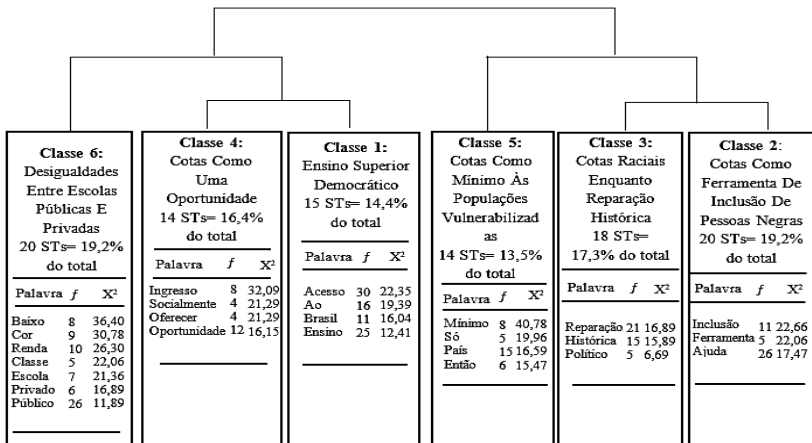
gráfica que aponta a relação entre os léxicos. Neste método, o software identifica e quantifica o vocabulário do corpus textual, tendo como base a frequência e a sua posição no texto, o vocabulário é, então, organizado em classes de segmentos textuais, de acordo com a semelhança dos contextos lexicais em que surgem e assim possibilita interpretação e discussão pelos pesquisadores (Carvalho et al., 2020).

Resultados

No processo de análise identificou-se o corpus geral composto por 118 textos (entrevistas), agrupados em 104 segmentos de textos (ST) com aproveitamento de 91% destes. Emergiram 5791 ocorrências (palavras), de modo a perceber-se 1150 palavras distintas e 809 citadas uma única vez. O conteúdo analisado foi classificado em 6 classes distintas: Classe 1, composta por 15 ST's (15%); Classe 2, composta por 20 ST's (19%); Classe 3, composta por 18 ST's (17%); Classe 4, composta por 14 ST's (16%); Classe 5, composta por 14 STs (14%); Classe 6, composta por 20 STs (19,2%).

Ademais para uma melhor visualização da CHD organizou-se um dendrograma que são representações das classes semânticas organizadas a partir das respostas dos partícipes, com a relação das palavras de cada classe estabelecida a partir do teste de Qui² (χ^2), levando em consideração sua significância. Isto quer dizer que as palavras que se mostraram significativas foram organizadas em classes de acordo com seu caráter semântico. Posteriormente, cada classe é descrita e exemplificada, a partir da ordem em que se apresenta na CHD. Vale ressaltar que são utilizados nomes fictícios para identificação dos/as interlocutores/as que exemplificam os corpus textuais utilizados, para não repetir.

Figura 1. Dendograma das RS elaboradas por estudantes de IES públicas sobre cotas raciais



Fonte: elaborada pelos autores

Classe 6 - Desigualdades entre escolas públicas e privadas

Esta classe, composta principalmente por estudantes de uma Universidade Estadual, com idade entre 24 e 29 anos. Nessa classe, são apresentadas concepções acerca do que é cota racial, relacionando esse termo à possibilidade de ingresso de pessoas negras de baixa renda ao ensino superior. Foram mais evocados os termos: Baixo (f:8; X²:36,4); Cor (f:9; X²:30,78); Renda (f:10; X²:26,3); Classe (f:5; X²:22,06); Escola (f:7; X²:21,36); Privado (f:6; X²:16,89); Público (f:26; X²:11,89). Ademais, são evidentes as representações voltadas às desigualdades entre escolas públicas e escolas privadas, o que motiva o apoio dos respondentes ao uso da política de cotas.

Uma quantidade de vagas reservada a um público menos favorecido, exemplo, estudantes de escolas *públicas*, pessoas

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

pretas ou indígenas e/ou mesmo de *baixa renda* (Dandara, 23 anos). A favor, pois a realidade brasileira atual ainda revela uma discrepância entre o ensino básico *público e privado*. Não somente, o país teve durante seus três primeiros séculos a economia baseada na escravidão. Assim, por caminhar em direção a uma equidade no acesso e por ser responsabilidade do Estado essa 'devolutiva' (Nelson, 23 anos)

Classe 4 - Cotas como uma oportunidade

Nessa classe, observa-se principalmente a participação de sujeitos maiores de 36 anos de idade, que trabalham e têm renda mensal entre 2 e 4 salários mínimos. As representações partilhadas por esses participantes caracterizam as cotas como uma oportunidade de oferecer auxílio às populações menos favorecidas socialmente, termo utilizado para descrever a população negra, tendo em vista a condição de população enquanto minoria de direitos. Principais elementos lexicos: Ingresso (*f*:8; X^2 :32,09); Socialmente (*f*:4; X^2 :21,29); Oferecer (*f*:4; X^2 :21,29); Oportunidade (*f*:12; X^2 :16,15).

São vagas destinadas aos grupos minoritários para garantir o direito de *ingresso* no ensino superior apesar das desigualdades que atravessam essa parcela da população (Michelle, 20 anos).

São *oportunidades* exclusivas de pessoas negras ou que são menos favorecidas *socialmente* que podem *ingressar* na universidade (James, 38 anos).

São formas de integração de povos menos favorecidos *socialmente* que possibilitam sua inserção no ensino superior e os motivam a procurar um curso superior (Angela, 19 anos).

Classe 1 - Ensino superior democrático

Nessa classe, figuram principalmente respostas de participantes que cursaram o ensino médio em escolas privadas e não ingressaram na universidade por meio de cotas. Com destaque

aos principais elementos semânticos: Acesso (f:30; X²: 22,35); ao (f:16; X²: 19,39); Brasil (f:11; X²:16,04); ensino (f:25; X²:12,41). As representações aqui apreendidas se voltam à compreensão do que é cota racial, bem como, demonstram um posicionamento favorável às cotas, visto que, predomina a compreensão de que essa trata-se de um meio de garantir o acesso ao ensino superior, tornando esse democrático.

Cotas Raciais são afirmações que garantem o acesso ao ensino superior público de pessoas que sofrem algum tipo de vulnerabilidade (Michael, 19 anos).

Um programa para garantir que todas as etnias do Brasil tenham acesso ao ensino superior (Alice, 20 anos).

Sou a favor, pois as cotas tornam democrático o acesso ao ensino superior (Beyoncé, 23 anos).

Classe 5 - Cotas como mínimo às populações vulnerabilizadas

Essa classe apresenta a compreensão dos participantes acerca da realidade histórica brasileira, atrelando essa visão à compreensão de que as cotas se trata do mínimo possível no amparo às populações vulnerabilizadas. Justificando assim, o posicionamento favorável às cotas por parte do(a)s participantes. Termos mais expressivos: Mínimo (f:8; X²: 40,78); Só (f:5; X²: 19,96); País (f:15; X²: 16,59); Então (f:6; X²: 15,47). Predominaram aqui respostas de participantes cuja renda mensal está acima de 6 salários mínimos.

A favor, a população preta do nosso país sofre as mazelas do racismo, então é o mínimo que o governo pode fazer (Esperança, 20 anos).

(...) levando em conta o cenário de desigualdade do nosso país, essas cotas são o mínimo que a população mais desfavorecida merece (Carolina, 21 anos).

Classe 3 - Cotas raciais enquanto reparação histórica

As respostas nessa classe provêm majoritariamente de participantes do sexo feminino e que recebem benefício da universidade. As representações aqui se voltam à compreensão das cotas raciais enquanto meio de reparação histórica, tendo em vista exclusão e discriminação que essa população historicamente sofreu e sofre no nosso país, bem como, os séculos de escravidão ao qual a população preta brasileira foi submetida. Os componentes semânticos mais expressivos foram: Reparação (f:21; X²: 16,89); Histórica (f:15; X²: 15,89); Político (f:5; X²: 6,69).

As cotas raciais são fruto de uma luta *histórica* com o objetivo de *reparação* daqueles que sempre ficaram marginalizados, são *políticas* públicas voltadas para a garantia de direitos para o povo preto, pardo e indígena terem acesso a educação pública superior (Gilberto, 25 anos).

São meios de *reparação histórica* devido às centenas de anos de escravização, exploração e dizimação de pessoas pretas [...] (Conceição, 22 anos).

Classe 2 - Cotas como ferramenta de inclusão de pessoas negras

Nesta classe predominam participantes que ingressaram no ensino superior por meio de cotas. Os principais termos componentes da classe são: inclusão (f:11; X²: 22,66); ferramenta (f:5; X²:22,06); ajuda (f:26; X²:17,47). As representações aqui apreendidas, assim como na classe anterior, se voltam à compreensão que o(a)s participantes têm do que é cota, de modo que, a compreendem como uma ferramenta que possibilita a inclusão de pessoas negras e, cotidianamente, excluídas na sociedade.

Uma política necessária e importante, que auxilia na *inclusão* de ideais corretos e importantes, uma *ferramenta* de combate ao preconceito (Silvio, 19 anos).

As cotas geram oportunidades para o público que não é acolhido de maneira justa pela sociedade, é uma maneira de *inclusão* para aqueles que não deveriam ser excluídos (Nina, 20 anos).

[...] *ajuda* a promover a diversidade étnica no mercado de trabalho (Antonietta, 27 anos).

Discussões

As novas oportunidades sociais e educacionais que emergiram com as políticas de ações afirmativas revelam-se fortemente nas falas do(a)s entrevistado(a)s, em especial para a população afro-brasileira, cuja negação de acesso na produção científica resulta da própria estrutura racista e das relações de subserviência que erigiram o país, ambas assentadas na crença da inferioridade intelectual dos grupos étnico-raciais (Patto, 2004).

No bojo desta conjuntura sócio-política, constatamos que, longe de representar somente o cumprimento institucional das exigências estritas da lei, as universidades brasileiras vivenciam uma reconstrução a nível histórico, pois, com a entrada das pessoas pretas no cotidiano universitário toma acento a discussão mais coletivizada do papel que as instituições regidas pelo Estado podem assumir na garantia dos direitos educacionais das pessoas distanciadas, socialmente excluídas, dos estudos superiores.

Com isso, destaca-se a postura ativa e engajada que o ensino superior assume na luta cotidiana contra o racismo, pois, embora um projeto transitório, as políticas de cotas étnico-raciais mudaram as dinâmicas socioinstitucionais vigentes no âmbito das IES brasileiras, seja nas relações de ensino-aprendizagem e nos projetos curriculares, como no questionamento do *status quo* da cultura elitista e, preponderantemente, branca que frequentavam os bancos universitários (Evangelista & Maciel, 2019; Leon & Almeida, 2022; Rêgo & Benevides, 2019; Vasconcelos et al., 2021).

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Em conformidade com os informantes de pesquisa, frisa-se que a garantia da implantação e da efetiva execução das políticas de cotas étnico-raciais no ensino superior brasileiro engendra-se pelo intermédio da luta cotidiana a favor da reparação histórica no que tange à equidade de direitos educacionais, assim como amplia o debate sobre nossas preocupações políticas concernentes aos direitos humanos e a agenda das políticas de promoção de igualdade racial. Sabe-se que as injustiças sociais, bem como as desigualdades educacionais, “são corrigidas à medida que a sociedade civil organizada participa ativamente na produção de políticas públicas sociais, dando sentido à noção de justiça social que as permeia” (Batista, 2018, p. 44).

Mediante às configurações sócio-históricas e políticas no que tange às questões de raça, conhecendo o processo de escravização, exclusão e subjugação que pessoas pretas passaram e passam no decorrer da história, o debate sobre o acesso a espaços, lugares físicos, culturais e sociais, bem como sobre suas oportunidades é inevitável (Martins et al., 2022). Nesse sentido, a privação a questões básicas de direitos humanos e civis para com preto(a)s se reconfiguram a medida em que a sociedade muda, onde mesmo deixando de existir leis que deliberadamente difundam a segregação racial ou o embranquecimento populacional, a falta de reparação histórica e a configuração social pautada em um racismo velado, principalmente em território brasileiro, possibilitam a falta de acesso e oportunidade para essa população (Souza, 2022).

Os/as participantes trazem em suas pontuações as oportunidades para pessoas menos favorecidas socialmente. Então é importante investigar que tipo de oportunidades e em que contexto atuam, bem como a realidade de quem as experienciam. Oportunidade de emprego, de exercer a cultura e religiões de matriz africana, de acesso a saúde e educação são pontuações básicas, mas que infelizmente causam certo desconforto social à mínima menção destas, quando se trata de cor da pele. Um ‘*mi mi mi*

desencadeado pelo racismo estrutural que em todas as instâncias procura burlar a cor preta de seus espaços. Por isso, o discurso de oportunidades iguais não se adequa nessa situação, tendo em vista que a equidade beira a uma fantasia imaginária (Alves, 2022).

No caso em questão, tem-se a política de cotas como uma oportunidade valiosa de acesso por parte da população preta à educação, que frente a todas as restrições e dificuldades já listadas, se torna um meio para possibilidades, que envolvem desde a variação/coloração de uma universidade restrita a um universo 'caucasiano', até mesmo a facilitação da inserção de pretos e pretas ao ambiente acadêmico-científico e ao mercado de trabalho (Hasenbalg & Silva, 1990; Martins et al., 2022).

A compreensão acerca das cotas raciais, demonstra aqui, ser o ponto primordial para que haja o entendimento dos objetivos delas. Como exposto acima, as representações sociais dos/as estudantes apresentaram uma concepção simples, mas objetiva acerca da temática, o que pode ser um dos aspectos contribuintes para seus posicionamentos favoráveis em relação às cotas raciais como forma de ingresso ao ensino superior (Amorim, 2021).

Considerando um país que foi construído em ideais eurocêntricos e uma hegemonia branca, a existência e persistência das cotas raciais como uma oportunidade de pessoas pretas e pardas integrarem-se ao ensino superior, assim como os/as participantes pontuaram, torna-se um fator essencial para a democratização da educação, e principalmente para uma mudança de realidade, visto que ainda hoje a maioria da população pobre e em situação de vulnerabilidade do Brasil é preta. "As cotas significam a possibilidade concreta de dividir esse poder, concentrado pelos brancos, com os negros e indígenas" (Carvalho, 2016, p. 5). Assim, as cotas demonstram seu valor inestimável em busca de um país mais justo (Teixeira & Marques, 2021).

A elaboração de políticas de ações afirmativas, como supracitado, é fundamental para a construção de uma sociedade

mais democrática, no entanto tais proposições não apagam o preconceito e discriminação que ainda persiste em nosso meio. Portanto, é evidente que há um longo processo para conseguirmos, de fato, uma igualdade de oportunidades no ensino, trabalho e cidadania (Rodrigues & Marques, 2020).

A “abolição” da escravatura foi efetuada há mais de 130 anos, no entanto, ainda se constata as reverberações dessa violência no atual sistema. O corpo preto continua sendo subjugado, colocado em posições de submissão e servidão.

Isso é evidenciado quando se observa que os/as pretos/as e pardos/as ainda são a categoria que possuem os menores níveis de escolarização, são a maior taxa de desemprego e de encarceramento, além disso também recebem menores salários em comparativo com pessoas brancas (Bulhões & Arruda, 2020).

Esses aspectos, frutos de um racismo estrutural nascido e fundamentado no processo de escravização, só fortalecem a necessidade das cotas raciais como ferramenta para ampliar e fortalecer a igualdade no país, corroborando com os discursos coletados e analisados dos participantes, onde possuem suas representações sociais calcadas num discurso que enfatiza a importância das cotas raciais, a dívida histórica que a sociedade tem para com esse povo, ressaltando esse recurso como uma atitude mínima frente a discriminação, racismo e exclusão na qual o povo preto é acometido diariamente (Arruda et al., 2022).

Dessa forma, a existência e consolidação da política de cotas raciais no país demonstra ser um instrumento essencial no enfrentamento ao racismo estrutural. O estabelecimento das ações afirmativas a fim de promover a inclusão de pretos nas instituições educacionais revelam a capacidade que a educação tem em transformar realidades. Depositar na educação a responsabilidade pela mudança no sistema é uma das formas do Estado garantir que haverá mudanças nesse ciclo infundável de violência que perdura até os dias atuais (Rossi, 2022).

Com isso, percebe-se que as ações afirmativas são compreendidas como um ponto inicial para a reparação histórico-social, através da inclusão que demonstra a forma antropocêntrica dos direitos civis igualitários. O objetivo não é apagar o passado, mas buscar possibilidades de construção de um futuro inclusivo via direito proporcional à sociedade (Salomão et al., 2022). Logo, as ações afirmativas têm como finalidade a reparação, visando a equidade de oportunidades, garantindo tanto o acesso quanto a permanência destes estudantes no ensino superior, e por conseguinte, influenciado no ingresso ao mercado de trabalho. Desse modo, é importante pontuar que essas ações perpassam o contexto histórico, valorizando e potencializando a (re)construção de toda história da população negra moderna (Souza & Silva, 2022).

Assim, nota-se a necessidade de lutas que reivindiquem mudanças político-pedagógicas, em propostas de formação intercultural, sejam nas bases curriculares como nos espaços informais das universidades, promovendo, assim, a oportunidade de emancipação intelectual e socioeconômica para toda a população que advenha de uma sociedade multicultural e pluriétnica como o Brasil – a extensão universitária é um destes espaços potentes para construção de projetos emancipadores, pois ela pode, no encontro com outras culturas problematizar a hegemonia da cultura branca e burguesa universitária. A partir de uma formação intercultural, tanto para docentes como para estudantes, torna-se essencial lutar por melhorias e manutenção da universidade pública, enquanto um território de ensino-aprendizagem atravessado por uma multiplicidade de corpos e identidades, que não podem ser negligenciados pela forma universitária, buscando sempre a pluralidade étnico-racial da inclusão via processos de prevenção do racismo e da xenofobia (Braz et al., 2021).

Portanto, as representações dos/as participantes consistem nas cotas raciais como uma ferramenta importante de inclusão social e educacional. Assim, nota-se a possibilidade destes/as se

sentirem incluídos, tendo em vista o fato histórico de que a ausência desta política pública os isentaria da viabilidade de fazer parte da vida acadêmica, como construtores/as dela, isso levando em conta todas as barreiras que ter uma pele preta interpela em meio à vida cotidiana em todos os seus vieses (Felipe & Silva, 2022).

Assim posto, projetos de inclusão de grupos minoritários (população preta e pobre) no contexto universitário, a partir de uma formação intercultural, necessita apropriar-se de aspectos materiais, simbólicos e de justiça social, proporcionando lugares dignos e humanos a corpos, outrora apartados e subjugados, a uma realidade que os impedia de ocupar espaços que por direito também os pertence. Deste modo, torna-se necessário problematizar, por exemplo, a naturalização dos próprios territórios e dos sujeitos que os frequentaram historicamente, com o intuito de reconstruí-los culturalmente.

O gênero é outra questão importante para ampliação do alcance social e educacional das propostas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, seja na problematização de quais os lugares que as mulheres têm ocupado no contexto universitário – isso também cabe para a formação do corpo docente, pensar, por exemplo, como e quantas mulheres têm assumido esse posto de trabalho nos cursos superiores. Como também, para além de uma visão cisheteronormatizava, é imprescindível pensar formas legais e institucionais de inclusão de outros corpos, marginalizados socialmente, como de pessoas transgêneros, transexuais e travesti. Esse é outro caminho para ampliar o debate sobre as políticas de ações afirmativas sem reducionismo biologizante de gênero e sexualidade, promovendo a garantia de direitos e a equiparação de oportunidades às pessoas pretas, indígenas, quilombolas, mulheres e pessoas com deficiência.

Para isso, urge atentar-se que tal política inclusiva não deve restringir-se apenas ao âmbito da garantia de acesso de grupos minoritários ao território universitário, como também esta política

deve ser trabalhada em uma visão continuada de permanência, pois, não seria de grande impacto, se apenas o acesso fosse estabelecido sem os subsídios necessários - moradia, alimentação, materiais, dentre outros - para sua efetividade como política pública que assegure o ensino superior como direito de todo cidadão brasileiro, bem como lugar que promova, autenticamente, a emancipação social (Felipe & Silva, 2022; Silva & Amaral, 2023).

Em síntese, as representações sociais dos/as estudantes frente às cotas raciais no âmbito das universidades públicas são favorável, tendo em vista, que a maioria em seus discursos expôs seu fator de relevância como ferramenta para o ingresso ao ensino superior democrático, como atitude mínima frente às violências sofridas pelo povo preto, bem como quanto reparação histórica. É oportuno ressaltar como as múltiplas diferenças sociais as quais pretos e pretas são submetidos desde o período em que foram corpos escravizados até os dias atuais, de maneira escancarada ou velada, sofrem pela subjugação. Um dos pontos externados refere-se às cotas como um recurso que auxilia no equilíbrio de oportunidades, tendo em vista a diferença de possibilidades, principalmente no que tange o ensino, por exemplo, as diferenças na educação pública e privada quanto a preparação para o ingresso no ensino superior.

Dessa forma, a pesquisa apresenta sua relevância, tendo em vista a importância da temática, considerando o racismo como uma questão emergencial na sociedade brasileira. Ademais, a necessidade destas discussões em meio a região piauiense é essencial por conta que ainda é preciso maior arcabouço teórico regional envolvendo as representações sociais das cotas raciais.

A partir dessas considerações, vale indicar que o estudo também apresentou limitações. Por se tratar de uma pesquisa com coleta de dados presenciais, o fator da desejabilidade social pode ter sido uma variável que influenciou nos discursos, devido ao local de pesquisa ser instituições públicas de ensino, locais onde as cotas

raciais são uma ferramenta ativa utilizadas por muitos estudantes para ingresso no ensino superior.

Além disso, por consistir em uma pesquisa regional, a generalização dos dados pode ser complexa. Dessa forma, recomenda-se que em futuros estudos ampliem-se os locais e formas de coleta a fim de proporcionar dados mais robustos e amplos, suscetíveis de generalização.

Referências

Alves, I. D. S. C. (2022). *Racismo estrutural e a inserção de pessoas pretas no mercado imobiliário em Porto Alegre*. [Trabalhos de Conclusão de Curso, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital LUME UFRGS. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/256986>

Amorim, F. H. (2021). *Cotas raciais nas universidades e alunos cotistas: representações sociais em textos da mídia online ao longo da primeira década da Lei 12.711/12*. 2021. [Dissertação de Mestrado, UnB, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional Da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42289>

Arruda, D. O.; Bulhões, L. M. G.; Santos, C. O. (2022). A política de cotas raciais em concursos públicos: desafios em face da luta antirracista. *Serviço Social & Sociedade*, 145, 91–111. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.294>

Braz, E. A.; Silva, D. L.; Ribeiro, E. M., (2021). As ações afirmativas e o acesso dos quilombolas à educação superior. *EccoS - Revista Científica*, 58, e17335. <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.17335>

Batista, N. C. (2018). Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior. *Pró-posições*, 29, 41-65. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0158>

Bulhões, L. M. G.; Arruda, D. O. (2020). Cotas Raciais em Concursos Públicos e a Perspectiva do Racismo Institucional. *NAU Social*, 11(20), 5-19. <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.35672>

Carvalho, J. J. (2016). *A Política de Cotas no Ensino Superior. Ensaio Descritivo e Analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil*.

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). *Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Ministério da Educação/Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

Carvalho, T. S.; Mota, D. M.; Saab, F. (2020). Utilização do software IRaMuTeQ na análise de contribuições da sociedade em processo regulatório conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, 8(1), 10-21. <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01429>

Costa, P. H. A.; Mendes, K. T. (2022). Colonização, escravismo e racismo: contribuições a uma psicologia brasileira antirracista. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 18, 44-64. <http://teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/372>

Evangelista, J. I.; Maciel, C. E. (2019). Política de cotas na educação superior: lutas e desafios no combate à pobreza e desigualdade de estudantes negros. *Revista Inter-Ação*, 44(1), 111-127. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i1.55654>

Felipe, D.; Silva, V. (2022). Os Feitos e os Efeitos das Cotas Raciais no Brasil: avanços, desafios e possibilidades. *Escritas Do Tempo*, 4(10), 4-9. <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i10.2022.0409>

Gomes, L. P. C.; Alves, M. E. S.; Bezerra, I. E. L.; Sousa, E. M. S.; Lima Filho, G. S.; Alcântara, J. G.; Araújo, L. F. (2024). Mujeres transexuales y vejez: representaciones sociales en el contexto de la pandemia. *LIBERABIT. Revista Peruana De Psicología*, 30(1), e798. <https://doi.org/https://doi.org/10.24265/liberabit.2024.v30n1.798>

Hasenbalg, C. A.; Silva, N. V. (1990). Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos De Pesquisa*, 73, 5-12. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1092>

Leon, A. D., Almeida, N. C. F. (2022). As cotas raciais como um mecanismo de visibilidade e valorização social da população negra. *Práxis Educativa (Brasil)*, 17, 1-13. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.19365.036>

Maia, G. F.; Vinuto, J. (2020). A seleção via cotas raciais em universidades públicas: debates sobre as Comissões de Verificação da Autodeclaração de Raça. *Revista Contraponto*, 7(1), 26-49. <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/99631>

Martins, A. A.; Soares, A. S.; Bonini, L. M. M. (2022). Cotas Raciais Nas Empresas: Desafios Para Diversidade E Empregabilidade De Pessoas

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. *DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES*, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Pretas. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 8(11), 363–382. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i11.7432>

Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis (Brasil): Vozes.

Patto, M. H. S. (2004). Ciência e política na primeira república: origem da psicologia escolar. *Mnemosine*, 1, 203-225. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41357/28626>

Prado, E. C.; Silva, F. C. (2022). Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da Universidade Federal de Alagoas. *Educar Em Revista*, 38, e78267. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.78267>

Rêgo, E. C.; Benevides, M. G. (2019). A Assistência Estudantil e a redução das desigualdades sociais no contexto de fragilização das políticas sociais. *Revista Inter-Ação*, 44(1), 151-163. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i1.55626>

Rodrigues, R.; Marques, T. M. (2020). A política de cotas como forma de acesso democrático ao ensino superior público. *Revista Ciências Humanas*, 27, 74-83. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2020.v13.n2.a645>.

Rossi, L. D. (2022). *A política de cotas raciais como instrumento para combater o racismo estrutural*. [Monografia, UNICURITIBA, Ânima Educação]. Repositório Universitário da Ânima. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/28704/1/monografia.pdf>

Santos, J. P. L.; Moreira, N. R. (2019). Entre raça e gênero: significado das cotas raciais para universitárias negras. *Série-Estudos*, 24(52), 77-100. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v20i52.1222>

Savi, C. L.; Bernartt, M. D. L.; Mello, N. A. D. (2022). Cotas raciais na Universidade: estudo de caso sobre o acesso à Educação Superior em uma Instituição Federal. *Práxis Educativa*, 17, 1-20. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.18749.057>

Silva, G. R.; Amaral, S. C. S. (2023). A política de cotas étnico-raciais em perspectiva da inclusão social e da afirmação da identidade negra: análises das primeiras experiências com discentes cotistas negros do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF) a partir do ENEM/SISU. *Revista Vértices*, 25(1), e25117149. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v25n12023.17149>.

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). *Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais*. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Salomão, A.; Araujo, M.; Cardoso, C. (2022). O Dualismo Político de Igualdades Raciais na Educação: das cotas e do engodo meritocrático para a população negra. *Escritas Do Tempo*, 4(10), 71-85. <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i10.2022.7185>

Souza, F. P.; Silva, J. R. (2022). Políticas de Ações Afirmativas-Sistema de Cotas em Mato Grosso: acesso e permanência ao ensino superior. In. Monalisa, A. C.; Paulo, A. S. V.; Rute, S. J. (Orgs.). *Questões raciais no Brasil: reflexões contemporâneas sobre ações afirmativas*. Nova Xavantina (Brasil): Pantanal editora.

Souza, V. S. D. (2022). Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). *Revista Brasileira de História*, 42, 93-115. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TLsppHZdSyVtfKjZbRx9qXK/?lang=pt>

Teixeira, V. H.; Marques, A. M. (2021). Cotas para pessoas negras: A inclusão e o combate ao racismo na universidade. *Oficina Do Historiador*, 14(1), e39522. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2021.1.39522>

Vasconcelos, F. D. S.; Silva, L. P.; Damasceno, R. S.; Sales, B. E. V. (2021). A universidade pública para os jovens das classes populares: narrativas de superação e a luta por transformação social. Perspectivas em Diálogo: *Revista de Educação e Sociedade*, 8(18), 288-311. <https://doi.org/10.55028/pdres.v8i18.10187>

Para saber mais sobre os/as autores/as...

Amadeu Antônio Pereira Neto

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa).

Membro do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Escolar Crítica e Políticas (PecPol).

Marcelly de Oliveira Barros

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa).

Membro do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Escolar Crítica e Políticas (PecPol).

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Maria Gabriela do Nascimento Araújo

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Membro do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Escolar Crítica e Políticas (PecPol).

Roniel Sousa Damasceno

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Membro do Núcleo de Pesquisas em Psicologia Escolar Crítica e Políticas (PecPol).

Mateus Egilson da Silva Alves:

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicogerontologia e Vulnerabilidades Psicossociais (Psicogeronto).

Evair Mendes da Silva Sousa

Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicogerontologia e Vulnerabilidades Psicossociais (Psicogeronto).

Ludgleydson Fernandes de Araújo

Doutor em Psicologia pela Universidad de Granada (Espanha).

Professor do Departamento de Psicologia.

Orientador do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr).

Coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicogerontologia e Vulnerabilidades Psicossociais (Psicogeronto).

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

Como citar este artigo...

Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. *DEDICA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES*, 23, 2025, 121-147. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>

License Creative Commons



Neto, Amadeu Antônio Pereira; Barros, Marcelly de Oliveira; Araújo, Maria Gabriela do Nascimento; Damasceno, Roniel Sousa; Alves, Mateus Egilson da Silva; Sousa, Evair Mendes da Silva; Araújo, Ludgleydson Fernandes de (2025). Por uma universidade pública preta: representações sociais de estudantes universitários de um estado brasileiro sobre as cotas raciais. DEDiCA. REVISTA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES, N.º 23, 2025, 121-147. ISSN: 2182-018X. DOI: <http://doi.org/10.30827/dreh.23.2025.31565>